

A APROPRIAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO COMO FATOR DE URBANIZAÇÃO NA DINÂMICA DAS CIDADES MODERNAS: O CASO DA APA DA FAZENDINHA.

Olavo Fagundes da Silva¹

RESUMO

O trabalho faz uma reflexão sobre a singularidade da urbanização a partir da apropriação social dos espaços urbanos no mundo moderno, toma-se como referência o processo de apropriação social e urbanização na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha situada entre os municípios de Macapá e Santana no estado do Amapá. Procurou-se analisar as nuances do processo de urbanização que mescla a instalação de elementos da dinâmica capitalista nas cidades com as transformações engendradas pelos menos abastados. Esse aparente choque entre o moderno e objetos que marcam os traços culturais do povo da região Amazônica em suas cidades médias e grandes está estampado em arranjos espaciais que configuram o urbano como resultado da apropriação social do espaço. Estes arranjos foram objeto do estudo da apropriação social na APA da Fazendinha realizado em incursões ao local em 2007 através de entrevistas e mapeamento físico-ambiental utilizando aparelho receptor GPS e técnicas de geoprocessamento. O estudo constatou-se que a apropriação social da APA da Fazendinha resultou no processo de urbanização da unidade de conservação por uma população de baixa renda, que imprimiu no local, traços de suas características culturais, como a construção de palafitas na margem do Igarapé da Fortaleza e uma dinamização econômica baseada na informalidade, mas fortemente ligada a atividades tradicionais da região como a pesca e a construção de pequenas embarcações.

Palavras-chave: Urbanização, apropriação social, APA da Fazendinha.

ABSTRACT

The work reflects on the uniqueness of urbanization from the social appropriation of urban spaces in the modern world, taking as reference the process of social appropriation and urbanization in the Area of Environmental Protection Fazendinha located between the cities of Macapá and Santana at Amapá. Sought to examine the nuances of the urbanization process that merges the installation of the capitalist dynamic cities with the changes engendered by the less affluent. This apparent clash between the modern and objects that mark the cultural traits of the people of the Amazon region in its medium and large cities are printed in spatial arrangements that shape the city as a result of social appropriation of space. These arrangements were the subject of the study of social appropriation in the APA of Fazendinha held in raids on the site in 2007 through interviews and physical and environmental mapping using GPS receiver and geospatial technologies. The study found that the social appropriation of the APA Fazendinha resulted in the development process of the protected area by a low-income population, which printed on the spot, traces of their cultural characteristics, such as building on stilts on the banks of the Igarapé Fortress and a dynamic economy based on informal, but strongly linked to the region's traditional activities such as fishing and construction of small boats.

Keywords: Urbanization, social appropriation, APA of Fazendinha

INTRODUÇÃO

A apropriação dos espaços nas cidades modernas está diretamente vinculada ao seu caráter urbano. O urbano compreende tanto os fixos ou a infraestrutura como ruas pavimentadas, energia elétrica, saneamento, repartições públicas, comércio entre outros, quanto os fluxos sociais e econômicos que se processam no emaranhado de redes nele

¹ Geógrafo, Professor colaborador na Universidade federal do Amapá, professor do Instituto de Ensino Superior do Amapá - IESAP, Mestrando em Desenvolvimento Regional pela UNIFAP. Endereço eletrônico; olavo@unifap.br

existentes. As redes sociais e econômicas baseadas em sistemas como o educacional, o bancário e o comercial unidos ou interpolados pelas redes de informação constituem juntamente com os fixos urbanos o grande motor da urbanização.

Para SPOSITO (1994) o termo urbanização diz respeito ao processo de criação e recriação das cidades ao longo do tempo, das relações sociais expressas pela necessidade do sedentarismo pautado na divisão social do trabalho como sustentáculo da atividade comercial, que delineia a função primordial das cidades.

Assim, a urbanização não é uma mera ocupação ou ampliação das áreas ou sítios urbanos, mas uma escolha vinculada à própria natureza da cidade, que nesse sentido se expressa pela lógica das trocas comerciais e pela divisão social do trabalho que supostamente estariam disponíveis para todos os habitantes, e que ampliariam as possibilidades e a interatividade, dinamizando o processo de ampliação da *urbe*, inclusive para aquelas populações que estariam excluídas, ou seja, as populações pobres.

Desta forma as cidades resultam na formatação espacial do processo de urbanização que implica também na ampliação ou diminuição dos domínios ou funções das cidades. Não se pode falar simplesmente em ocupação de espaços não urbanizados, pois o assentamento de populações em áreas próximas às cidades é uma atitude que está diretamente relacionada à possibilidade de utilização dos bens e serviços nelas encontrados.

Sobre a existência de uma sociedade urbana, Henri LEFEBVRE (1999) lembra que o urbano traduz-se como processo diretamente vinculado a uma determinada realidade social não acabada que produz e exprime diferentes paisagens datadas no tempo, mas que está sempre aberta ao novo, seja para reconstruir ou inovar. O urbano ou sociedade urbana apresenta uma dinâmica bastante ativa que é responsável pelo rompimento do marasmo geral que eventualmente possa abater-se sobre a *urbe*.

É preciso deixar claro, entretanto, que urbanização não se traduz num processo homogêneo de ampliação ou recriação da cidade, onde os atores envolvidos seguem determinações pouco excludentes, ao contrário, a urbanização se traduz numa transformação dos espaços da cidade que privilegia poucos em detrimento de muitos. Esse sistema de privilégios para uma pequena camada e prejuízos para a grande maioria, eventualmente tem aval e gerência do poder público, tal como avalia Milton Santos:

Os novos objetos custam caro. Chamado a implantá-los, em nome da modernidade e das necessidades da globalização da economia, o poder público acaba aceitando uma ordem de prioridades que privilegia alguns poucos atores, relegando a um segundo plano todo o resto: empresas menores, instituições menos estruturadas, pessoas, agravando a problemática social. Assim, enquanto alguns atores, graças aos recursos públicos, encontram as condições de sua plena realização (fluidez, adequação às novas necessidades técnicas da produção) os demais, isto é, a maioria, não tem resposta adequada para as suas necessidades essenciais. Há desse modo, uma produção limitada de racionalidade, associada ampla da escassez (SANTOS, 1999, p.245.).

A APROPRIAÇÃO SOCIAL PELOS POBRES COMO FATOR DE URBANIZAÇÃO

Parece contraditório, mas o assentamento de populações pobres em áreas periféricas das cidades, por si, tem caráter urbano e desempenha um papel muito importante na dinamização das cidades. A racionalidade dessa suposição, só pode ser entendida quando se observa os aspectos práticos da escolha dessas populações por espaços aparentemente excluídos da vida urbana.

Como poderia alguém se dispor a morar em condições de falta de serviços públicos essenciais em áreas próximas às cidades sem que pensasse em usufruir suas funções urbanas? SANTOS (1999), afirma de forma desafiadora que apesar dos impactos aparentemente negativos da apropriação dos espaços da cidade pelos pobres, o incremento dessas populações é fator de diversidade e motor importantíssimo da dinâmica urbana:

E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. Com isso, aliás, tanto se ampliam a necessidade e as formas de divisão do trabalho, como as possibilidades e as vias de intersubjetividade e da interação. É por aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro (SANTOS, 1999, p.259.).

O pobre na cidade é entendido por Milton Santos, como agente transformador de uma realidade caquética, onde a indiferença dos cidadãos comuns pelo novo serve de cimento para a construção inovadora que só o pobre migrante e com novos horizontes a serem descobertos pode realizar.

Assim a razão de uma escolha aparentemente irracional ganha traços de racionalidade, quando entendida a prioridade do habitar, mas também das oportunidades que se abrem mediante as funções urbanas mais presentes que no nos interiores distantes ou isolados.

É a partir dessa visão clara do papel das populações pobres no processo de urbanização que as singularidades das cidades amazônicas apresentam-se bastante evidentes

em relação às cidades de outras partes do país. Essas particularidades estão relacionadas principalmente ao modo de vida e a dinâmica de apropriação dos espaços dele decorrente. O modo de vida do amazônida em geral apresenta traços culturais oriundos do contato antigo entre povos autóctones, colonizadores, escravos e do contato mais recente com os nordestinos.

Ao contrário do que se propala usualmente, esse modo de vida está tão presente nas cidades quanto nos bolsões rurais ou interiores distantes e é exatamente esse o fator que atribui às cidades amazônicas características que as distinguem dos centros urbanos de outras regiões. Mas há que se considerar que em função dessas características muito específicas do amazônida, como o hábito de morar em palafitas nas margens de rios e igarapés é de certa forma contraditória ao *urbanismo*, termo que LEFEBRVE (1999) adota como sinônimo de organização da cidade nos moldes do capitalismo. Talvez por isso o caso da apropriação social dos espaços da APA da fazendinha seja comumente associado à ocupação ou invasão.

URBANIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SÓCIOAMBIENTAIS DA APA DA FAZENDINHA.

Como é possível então caracterizar o domínio humano na faixa oeste da APA da Fazendinha que se estende desde a foz do Igarapé da Fortaleza até confluência com a Rodovia Duque de Caxias? Decerto é uma área urbanizada, um espaço onde a força dos pobres sobrepujou o poder dos “donos do lugar”, dos cidadãos comuns e do próprio poder público, um espaço apêndice do urbano de Macapá e Santana, ou seja, uma área que se pode identificar como prolongamento do processo de urbanização das duas cidades, mas que expressa formas espaciais muito específicas relacionadas à singularidade de estar inserida dentro de uma unidade de conservação.

As formas espaciais existentes no interior da APA da Fazendinha apresentam tanto faces da dinâmica de apropriação inicial, como a distribuição espacial das casas ao longo da margem do igarapé da Fortaleza, como também faces dinamizantes, a exemplo do ancoradouro fluvial nela instalado, responsável pelo fluxo permanente de mercadorias e pessoas.

Mas essa dinâmica está condicionada à situação singular de estar sendo processada no interior de uma área cujo objetivo, é conciliar conservação ambiental com uso racional dos recursos, e onde, pela falta de um processo de educação e discussão participativa

na apropriação social do espaço, cada indivíduo se torna ao mesmo tempo presa e predador de sua situação.

As características sociais que delineiam a maioria dos moradores da área urbanizada da APA da Fazendinha se enquadra dentro daquela situação de vulnerabilidade da qual fala LOUREIRO *et al* (2003):

Por estado de vulnerabilidade sócioambiental, entendemos a situação de grupos específicos que se encontram: (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos; e (3) ausentes de participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive.

Essa situação corrobora a necessidade de urgentes iniciativas no sentido de prover a inclusão dos moradores do interior e entorno da APA da Fazendinha no processo decisório e de gestão da unidade de conservação, como forma de auxiliar na superação desse estado de vulnerabilidade social, assim como sugere LOUREIRO *et al* (2003):

Sabemos que a compreensão da dinâmica dos ecossistemas e das causas estruturantes dos problemas ambientais por cada cidadão (ã) e a compreensão de sua responsabilidade perante os demais atores sociais dão a oportunidade a esse(a) mesmo(a) cidadão(ã) da apropriação democrática do ambiente e da identificação de sua base territorial, sendo, assim, estimulado a participar como gestor do espaço de vida (LOUREIRO *et al*, 2003).

MATERIAIS E MÉTODOS

O diagnóstico social foi realizado através de amostragem sistemática, conforme o conceito de VIEIRA (1980). As coletas foram realizadas em entrevistas utilizando-se formulário com perguntas fechadas e abertas de forma a obter dados que pudessem indicar um conhecimento prévio do nível de percepção do entrevistado sobre sua realidade espacial de vivência e sobre a situação ambiental dessa realidade. O mapeamento foi feito adaptando-se a metodologia e as bases georreferenciadas construídas por SILVA (2007) a partir de arquivos DWG da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) reprocessados digitalmente no aplicativo ARCGIS 9.0 e georreferenciados pelo autor.

As entrevistas foram realizadas no dia 12 de julho de 2007 nas residências situadas na área urbanizada da APA da fazendinha. Foram aplicados 20 formulários utilizando-se um sistema de abordagem intercalada, onde o entrevistador após a primeira entrevista, contou três ou quatro residências para efetuar a segunda entrevista, utilizando-se a mesma sistemática nas entrevistas sucessivas. Também fez parte da sistemática de entrevistas

a abordagem, sempre que possível da pessoa com maior responsabilidade social na família, sendo essa pessoa identificada como o chefe da família entrevistada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

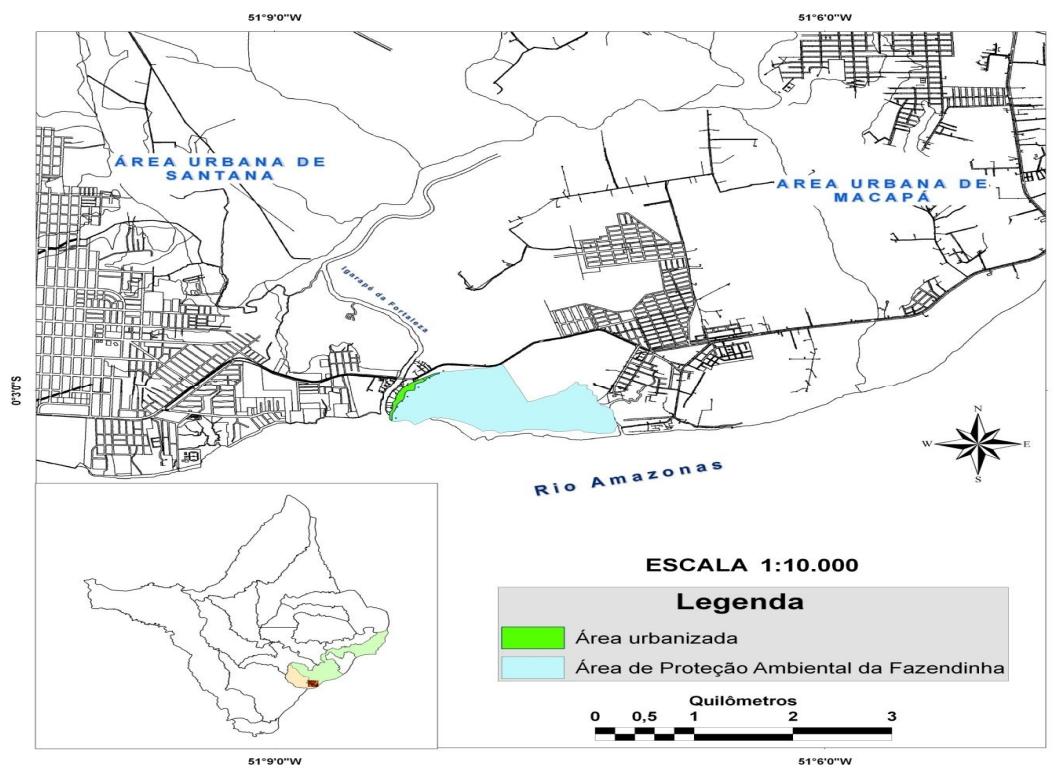


Figura 1: Localização e área urbanizada na APA da Fazendinha

Fonte: Autor, adaptado de SILVA (2007).

A Área de Proteção Ambiental da Fazendinha é uma unidade de conservação estadual de uso direto criada em 29 de dezembro de 2004 pelo Projeto de Lei nº 0013/04 do Governo do estado do Amapá. Essa Unidade possui uma área de apenas 1,4 km² localizada entre os distritos da Fazendinha no Município de Macapá e Fortaleza no Município de Santana (Figura 1).

A APA da Fazendinha é limitada ao sul pelo rio Amazonas, ao norte pela rodovia Juscelino Kubitschek, a leste pelo distrito da fazendinha e por uma propriedade particular e a oeste, pelo Igarapé da Fortaleza, cujo nome, acredita-se tenha sido atribuído por abrigar uma das primeiras fortificações européias na margem esquerda do Amazonas, fato que imprime a essa área uma importância histórica ainda pouco conhecida.

Aproximadamente 3% ou 5 hectares da área, passou por um processo de apropriação social expressa num arranjo espacial periurbano, identificado pela existência de

um conjunto de palafitas, localizadas no limite oeste, contornando a margem esquerda do igarapé da Fortaleza até a confluência com o rio Amazonas. É esse pequeno enclave de palafitas e mais algumas propriedades e construções, como a pequena igreja, sobre uma área aterrada próxima à rodovia, que atribuem um caráter urbano ou periurbano, ao processo de apropriação social no interior da APA da Fazendinha.

Além do processo de apropriação social no interior, a Unidade de Conservação (UC) também sofre a influência direta da população residente nos distritos de Fortaleza, em Santana e Fazendinha, em Macapá que estão localizados no seu entorno imediato. É nessa imediação que os moradores da APA encontram escolas, agremiações e outros organismos sociais com os quais interagem e dos quais são dependentes, uma vez que estão impossibilitados de reivindicar qualquer ampliação nos serviços sociais precários existentes, como a energia elétrica, ou instalação daqueles essenciais, como um posto de saúde, inexistente no interior da UC.

INDICADORES HISTÓRICOS E SOCIAIS DA ÁREA URBANIZADA DA APA DA FAZENDINHA

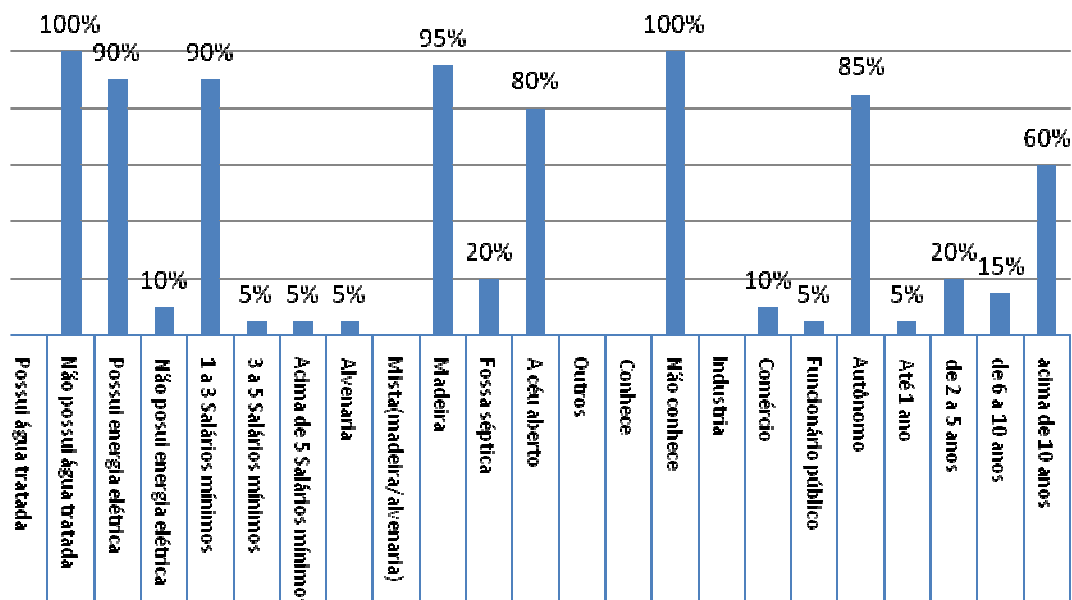


Gráfico 1: Indicadores sociais dos moradores da APA da Fazendinha.

O lugar onde foi estabelecida a APA da fazendinha passou por um processo de espacialização que remonta aos povos autóctones, principalmente Makapa e Tucuju, que se estabeleceram por toda a região sul e sudeste do Estado antes do início da apropriação Portuguesa/Européia. Esses povos foram exterminados ou expropriados nas correrias portuguesas ao longo do processo de dominação e colonização (TASSINARI, 2003).

A ocupação recente está relacionada ao processo de urbanização das cidades de Macapá e Santana. O distrito de Fazendinha foi durante muito tempo um ponto de referência para a realização de eventos de lazer em função da praia fluvial da Fazendinha e das casas comerciais voltadas para a culinária regional que lá se instalaram. Durante algum tempo a parte litorânea do rio Amazonas, que hoje constitui o limite sul da APA da Fazendinha, foi utilizada como extensão do Balneário da Fazendinha.

Aproximadamente 60% dos moradores da APA da Fazendinha residem a mais de 10 anos no local e tem seu sustento de alguma forma relacionado a esse local de moradia. As construções em sua maioria (95%) são de casas de madeira em formato de palafitas construídas sobre uma área de várzea que sofre a influencia direta das águas do igarapé da Fortaleza e do rio Amazonas, que banham os limites oeste e sul da APA. As poucas casas de alvenaria ficam situadas próximas ou à margem da rodovia Juscelino Kubitschek onde houve um processo de aterramento. (Gráfico 1).

A renda mensal de 90% dos entrevistados não ultrapassa três salários mínimos, o que impõe condições de vida bastante limitada do ponto de vista econômico. Essas condições são ainda agravadas pela falta de serviços públicos básicos como água tratada ou esgotamento sanitário. A ausência completa desses dois serviços leva 80% dos moradores a despejarem os detritos sanitários diretamente na área de várzea do Igarapé da Fortaleza, de onde quase todos também retiram boa parte da água utilizada para satisfazer suas necessidades diárias.

O extrativismo em pequena escala do açaí, a pesca, a coleta do camarão e a produção naval artesanal, são atividades que foram listadas como autônomas (85%), todas essas atividades produtivas podem ser avaliadas como sustentáveis e se apresentam como potencial a ser aproveitado a partir de projetos que consigam engajar um maior número de moradores na faixa economicamente ativa da população.

Numa análise geral sobre as expectativas em relação à melhoria das condições de moradia e considerando ainda a natureza da atividade profissional, os moradores da APA

da Fazendinha apresentam uma vocação à sustentabilidade, seja pela proximidade com o Rio Amazonas onde pescam ou se deslocam para comprar mercadorias, seja pela ligação com as atividades urbanas em Macapá e Santana que eventualmente, podem ser pontos de partida, por exemplo, para investimentos turísticos viáveis por meio do acesso facilitado pela Rodovia Juscelino Kubitschek onde alguns pescadores já praticam o comércio do fruto do seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível identificar na apropriação social dos espaços da APA da Fazendinha uma população de baixa renda e com uma tendência ao comportamento empreendedor no mercado informal e solidário à conservação do meio ambiente. Embora haja a predisposição para a adoção de atitudes cotidianas menos degradantes no que concerne ao uso dos espaços e recursos no interior da APA, ao que tudo indica, a falta de objetos urbanos essenciais como rede de água tratada e saneamento básico não permite que os moradores desenvolvam efetivamente a conservação do seu meio ambiente. Além disso, a falta de informação sobre como proceder diante de sua situação, deixa essa população ainda mais distante de compreender a importância de um processo de apropriação sustentável.

Está claro que o maior problema da APA da Fazendinha é a ausência de instrumentos eficazes de gestão, que embora preconizados na legislação (Lei nº 9.985/2000), ainda inexistem de fato ou na mais otimista das hipóteses, não puderam ser implementados. Diante desta lacuna, sugere-se que o órgão gestor, neste caso, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá, a partir de uma das premissas maiores estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que é a gestão participativa, instale um processo de discussão e decisão que inclua tanto os moradores que residem no interior da unidade, quanto àqueles que residem no entorno, afim de que se possa efetivar a gestão da unidade de forma apropriada.

Obviamente a saída para que se tenha uma participação efetiva desses moradores pode ser a constituição de um conselho gestor que abrigue organismos públicos como as escolas situadas no entorno, associações de moradores ou outras entidades representativas como igrejas e sindicatos que tenham membros atuantes na área, como é o caso do sindicato dos estivadores que trabalham nos ancoradouros instalados nas margens do igarapé da Fortaleza.

De outra forma é necessário que o conselho gestor, dentro do que permite a legislação, faça um planejamento para que se implantem os objetos urbanos necessários, neste caso primordialmente, a rede de esgotamento sanitário e água tratada, imprescindíveis para trilhar o caminho da melhoria da qualidade de vida e conseqüentemente da sustentabilidade sócio-ambiental.

A educação ambiental é outra diretriz importante para que possa mudar a realidade, no sentido de se adequar às metas de uso sustentável, os traços culturais presentes, identificados por atividades produtivas voltadas para a vida ribeirinha dos típicos pescadores e coletadores de matérias primas que habitam a imensa Amazônia, e que traz para a realidade do urbano nas cidades de Macapá e Santana o tempero da vocação ligada aos rios e igarapés.

As palafitas da APA da fazendinha, também se reproduzem em grande parte dos bairros que periferizam as médias e grandes cidades da região. A convivência entre uma vocação historicamente produzida pela apropriação social do espaço e aquela exigida pela máquina moderna do urbanismo requeira talvez um repensar do planejamento urbano na Amazônia, que integre ambas as formas de transformação do espaço a fim de tornar a urbanização um processo que prime pela inclusão da sociedade local e que lhe permita viver de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ, **Projeto de Lei nº 0013/04-GEA** Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, no Município de Macapá, Estado do Amapá.

BRASIL, **LEI nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal**, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

LEFEBRVE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; AZAZIEL Marcus, FRANCA Nahyda (Organizadores) **Educação Ambiental e Gestão participativa em Unidades de Conservação** Rio de Janeiro: Ibase, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. 3ª. ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Olavo Fagundes da. **IMPORTÂNCIA HISTÓRICA, AMBIENTAL E ECOLÓGICA DA APA DA FAZENDINHA: Transformando valores e comportamentos**. Monografia. Macapá-AP- SENAC-AP: 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 5^a. ed. – São Paulo: Contexto, 1994.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. **No bom da festa: O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

VIEIRA, Sonia. **Introdução à bioestatística**, 3^a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.